



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Contextualização

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é formado em sua estrutura física pelo prédio sede e anexos que abrigam a sede do TRESC e por imóveis em todo o Estado que abrigam as Zonas Eleitorais.

Tal estrutura demanda continuamente a necessidade de deslocamento do Presidente, Corregedor e demais magistrados, que compõem a Corte Eleitoral (Autoridades), além do deslocamento dos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral, incluindo a mão de obra terceirizada, para a realização das mais diversas atividades. Também, há a necessidade de transporte de cargas, com materiais e equipamentos.

Para realizar esses deslocamentos, o TRESC conta, atualmente, com uma frota própria de 2 veículos de representação e 23 veículos de serviço. Dentre esses veículos de serviço, há um caminhão e três veículos tipo van, para transporte de passageiros e carga.

Os serviços para a realização do transporte de pessoas e materiais/equipamentos representam uma necessidade continuada para o bom funcionamento do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRESC e consistem na execução de atividades acessórias sob demanda originada pela totalidade das suas Unidades.

Tal contratação faz-se necessária, considerando a frota disponível e em razão do reduzido quantitativo de Técnicos Judiciários da Área de Atividade de Serviços Gerais, Especialidade Transporte, que eventualmente exercem a atividade de transporte.

Destaca-se, ainda, que os referidos cargos estão em processo de extinção. A sua execução indireta é conveniente por se tratar de atividade comum e não-finalística.

Contudo, o TRESC firmou contrato, em 16/04/2021, de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública, por demanda, no município de Florianópolis e região metropolitana, modelo que tem sido adotado por vários órgãos da Administração Direta e vem apresentando resultados bastante satisfatórios. Por meio desse serviço, é possível diminuir a frota existente, garantindo os carros de representação e aqueles de carga e transporte de pessoas que, pela natureza dos serviços, não são cobertos pelo sistema de táxi. A opção por firmar tal contrato se deve às vantagens quanto aos deslocamentos, tanto de servidores e colaboradores, pela facilidade e maior rapidez no atendimento, também há vantagem na redução de custos para manutenção de uma frota mínima, com impacto nos contratos de manutenção de veículos, seguro, abastecimento e manutenção de condutores residentes.

Desta forma, com esse novo contrato a demanda por motoristas terceirizados será menor, então, na possibilidade de prorrogação do atual contrato (CT 073/2019), solicitamos a supressão de 04 (quatro) postos de serviço de motorista.

1.2. Definição e Especificação dos Requisitos da Solução

1.2.1. Requisitos Funcionais

Considerando que se trata de atividade de suporte/apoio, entende-se que os requisitos funcionais são as atividades relacionadas aos serviços necessários para executar as atividades, compreendendo: transportes de autoridades, servidores e demais funcionários em serviço, assim como equipamentos, materiais e documentos correlatos à Administração, entre as dependências do TRESC e outras localidades definidas pelo usuário requisitante.

1.2.2. Requisitos Não Funcionais

Na execução dos serviços deve haver disciplina, presteza, cordialidade, assiduidade e pontualidade e, principalmente, qualidade na realização de cada atividade.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.2.3. Requisitos Externos

A contratação deverá observar o cumprimento das exigências legais no que se refere às normas trabalhistas, previdenciárias e do fundo de garantia.

Ainda, a mão de obra disponibilizada deverá possuir certificado de conclusão do primeiro grau; Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "D", para pelo menos 2 (dois) profissionais; e possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "B", para os demais profissionais.

1.3. Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

- empresas prestadoras de serviço de condução de veículos nos moldes utilizados atualmente pelo TRESA;
- empresas de serviço de táxi com uso de tecnologia nas suas operações, de forma a possibilitar acesso aos seus serviços por meio de internet e aplicativo mobile;
- empresas de serviço de transporte individual de passageiros, cujas operações consistem basicamente no agenciamento do transporte por meio de solução tecnológica baseada no uso de aplicação web e aplicativo mobile, mediando as demandas dos usuários e as ofertas dos motoristas prestadores do serviço, inclusive o processo de pagamento.

1.4. Contratações Públicas Similares

Serviço	Prestação de Serviços de Motorista
Instituição Pública	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Fornecedor	LOPES SERVICE CLEAN SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI
Descrição	Prestação de Serviços de Motorista - Prestação de serviços de condução de veículos para atendimento das demandas do Tribunal Regional do Rio Grande do Sul.
Valor Estimado	R\$ 33.610,80
Observações	Pesquisa realizada no site www.bancodeprecos.com.br em 10/05/2021, NºPregão:82021 / UASG:70021.

1.5. Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Os identificados no item 1.3.

1.6. Alternativas de Software Livre ou Público incluindo Portal do Software Público Brasileiro

Não se aplica a esta contratação.

1.7. Análise dos Produtos/Serviços Identificados e dos Custos Totais da Demanda

Consigna-se que inicialmente deve ser considerada a possibilidade de prorrogação do contrato vigente, n. 073/2019, dentro dos limites legais, conforme a Lei de Licitações, dado o retorno positivo verificado na sua execução, com os ajustes necessários quanto à supressão de 04 (quatro) postos de serviço de motorista.

Para fins de verificação da possibilidade de prorrogação ou mesmo realização de nova contratação, a CCM/TRESA, mediante ampla pesquisa de mercado, procederá à verificação dos custos.

Assim sendo, apenas para fins de comparação, registram-se os valores da atual contratação:

- a) R\$ 46.511,70 (quarenta e seis mil, quinhentos e onze reais e setenta centavos) mensais;
- b) R\$ 39,85 (trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos), referente ao serviço adicional de 1 hora;
- c) R\$ 214,40 (duzentos e quatorze reais e quarenta centavos), referente ao serviço adicional de 8 horas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) R\$ 4.643,40 (quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), referente ao serviço adicional de 1 mês;

e) referente à taxa diária de deslocamento (alimentação, hospedagem e todos os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado), R\$ 248,08 (duzentos e quarenta e oito reais e oito centavos).

1.8. Escolha e Justificativa do Objeto

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é formado em sua estrutura física pelo prédio sede e anexos que abrigam a sede do TRESC e por imóveis em todo o Estado que abrigam as Zonas Eleitorais.

Tal estrutura demanda continuamente a necessidade de deslocamento do Presidente, Corregedor e demais magistrados, que compõem a Corte Eleitoral (Autoridades), além do deslocamento dos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral, incluindo a mão de obra terceirizada, para a realização das mais diversas atividades. Também, há a necessidade de transporte de cargas, com materiais e equipamentos.

Para realizar esses deslocamentos, o TRESC conta, atualmente, com uma frota própria de 2 veículos de representação e 23 veículos de serviço. Dentre esses veículos de serviço, há um caminhão e três veículos tipo van, para transporte de passageiros e carga.

Os serviços para a realização do transporte de pessoas e materiais/equipamentos representam uma necessidade continuada para o bom funcionamento do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRESC e consistem na execução de atividades acessórias sob demanda originada pela totalidade das suas Unidades.

Tal contratação faz-se necessária, considerando a frota disponível, e em razão do reduzido quantitativo de Técnicos Judiciários da Área de Atividade de Serviços Gerais, Especialidade Transporte, que eventualmente exercem a atividade de transporte.

Destaca-se, ainda, que os referidos cargos estão em processo de extinção. A sua execução indireta é conveniente por se tratar de atividade comum e não-finalística.

Contudo, o TRESC firmou contrato, em 16/04/2021, de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública, por demanda, no município de Florianópolis e região metropolitana, modelo que tem sido adotado por vários órgãos da Administração Direta e vem apresentando resultados bastante satisfatórios. Por meio desse serviço, é possível diminuir a frota existente, garantindo os carros de representação e aqueles de carga e transporte de pessoas que, pela natureza dos serviços, não são cobertos pelo sistema de táxi. A opção por firmar tal contrato se deve às vantagens quanto aos deslocamentos, tanto de servidores e colaboradores, pela facilidade e maior rapidez no atendimento, também há vantagem na redução de custos para manutenção de uma frota mínima, com impacto nos contratos de manutenção de veículos, seguro, abastecimento e manutenção de condutores residentes.

Desta forma, com esse novo contrato a demanda por motoristas terceirizados será menor, então, na possibilidade de **prorrogação** do atual contrato (CT 073/2019), solicitamos a supressão de 04 (quatro) postos de serviço de motorista.

1.8.1. Descrição do Objeto

Contratação de empresa para prestação dos serviços especializados e continuados de condução de veículos oficiais do TRESC, visando ao atendimento das necessidades de transporte de pessoas, materiais e equipamentos.

1.8.2. Alinhamento do Objeto

Trata-se da prestação de serviços especializados de condução de veículos oficiais, em apoio às atividades das demais Unidades do Órgão. Dessa forma, não existe possibilidade de conflito com outros serviços existentes no TRESC.

1.8.3. Benefícios Esperados



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Eficácia no atendimento das necessidades do TRESC quanto ao transporte de pessoas, materiais/equipamentos pois o TRESC conta com um reduzido quantitativo de Técnicos Judiciários da Área de Atividade de Serviços Gerais, Especialidade Transporte, que eventualmente exercem a atividade de transporte.

1.8.4. Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

A demanda prevista corresponde à demanda contratada e é definida levando-se em conta o número de requisições de transporte.

Com o novo contrato firmado pelo TRESC, de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública, por demanda, no município de Florianópolis e região metropolitana, a necessidade de motoristas residentes terceirizados de empresa prestadora de serviço de condução de veículos será menor, desta forma, na possibilidade de **prorrogação** do atual contrato (CT 073/2019), solicitamos a **supressão** de 04 (quatro) postos de serviço de motorista.

1.9. Adequação do Ambiente

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não será necessária nenhuma adequação.
Infraestrutura Elétrica	Não será necessária nenhuma adequação.
Logística de Implantação	Não será necessária nenhuma adequação.
Espaço Físico	Não será necessária nenhuma adequação.
Mobiliário	Não será necessária nenhuma adequação.
Impacto Ambiental	Não será necessária nenhuma adequação.

1.10. Orçamento Estimado

O valor orçado no Plano Anual de Contratações para o item relativo à condução de veículos é de R\$ 630.000,00.

Consigna-se que inicialmente deve ser considerada a possibilidade de prorrogação do contrato vigente, n. 073/2019, dentro dos limites legais, conforme a Lei de Licitações, dado o retorno positivo verificado na sua execução, com os ajustes necessários quanto à supressão de 04 (quatro) postos de serviço de motorista.

Para fins de verificação da possibilidade de prorrogação ou mesmo realização de nova contratação, a CCM/TRESC, mediante ampla pesquisa de mercado, procederá à verificação dos custos.

Assim sendo, apenas para fins de comparação, registra-se os valores da atual contratação:

- a) R\$ 46.511,70 (quarenta e seis mil, quinhentos e onze reais e setenta centavos) mensais;
- b) R\$ 39,85 (trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos), referente ao serviço adicional de 1 hora;
- c) R\$ 214,40 (duzentos e quatorze reais e quarenta centavos), referente ao serviço adicional de 8 horas;
- d) R\$ 4.643,40 (quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), referente ao serviço adicional de 1 mês;
- e) referente à taxa diária de deslocamento (alimentação, hospedagem e todos os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado), R\$ 248,08 (duzentos e quarenta e oito reais e oito centavos).

2. Sustentação de Contrato

2.1. Recursos Materiais e Humanos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina disponibiliza instalações sanitárias e local para guarda dos pertences de cada funcionário, não sendo o Contratante responsável por tais itens.

2.2. Continuidade do Fornecimento

A Contratada deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

2.3. Transição Contratual

Repisa-se que, considerando o retorno positivo verificado na execução do atual contrato e tendo em vista que o modelo atual de contratação é o que melhor atende às necessidades da Justiça Eleitoral (contratação indireta), a prorrogação do contrato hoje vigente deve ser considerada. No entanto, em caso de óbice à prorrogação, a transição contratual transcorrerá dentro da normalidade, eis que o lapso temporal até o encerramento do contrato atual (31/08/2021) permite a realização de procedimento licitatório para nova contratação. Em caso de nova contratação, os gestores do contrato fornecerão todas as orientações necessárias para que a nova empresa tenha condições de iniciar a executar os serviços com êxito.

2.4. Estratégia de Independência Tecnológica

Não se aplica a esta contratação.

3. Estratégia para Contratação

3.1. Natureza do Objeto

Os serviços de condução de veículos oficiais representam uma necessidade continuada para o bom funcionamento do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRESA e consistem na execução de atividades acessórias sob demanda originada pela totalidade das suas Unidades, estendendo-se por mais de um exercício, respeitando-se o tempo legal de vigência permitida pela Lei de Licitações.

3.2. Parcelamento do Objeto

Não é possível o parcelamento do objeto por se tratar de serviço único, fornecimento de mão de obra para condução de veículos oficiais.

3.3. Adjudicação do Objeto

A adjudicação deverá ser global, considerando a inter-relação existente entre todos os itens a serem contratados (prestação dos serviços, pacotes adicionais e taxa diária de deslocamento).

3.4. Modalidade e Tipo de Licitação

Em caso de óbice à prorrogação do atual contrato, a nova contratação deve ocorrer mediante realização de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

3.5. Classificação e Indicação Orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
Contratação de empresa para a	Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042	3.3.90.39, Elemento de Despesa	R\$ 630.000,00 (Item 15 do Plano Anual)



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

condução de veículos oficiais	– Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de Santa Catarina.	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 78 – Limpeza e Conservação.	de Aquisições)
Total			R\$ 630.000,00

3.6. Vigência da Prestação de Serviço

A prorrogação do contrato vigente ou a celebração de nova contratação devem observar os limites legais previstos na Lei de Licitações. No caso de nova contratação, os serviços deverão iniciar em 1º de setembro de 2021.

No primeiro caso, a prorrogação deverá se estender até 31/08/2022, conforme o Plano Anual de Aquisições de 2021.

3.7. Gestor da Contratação

Responderá pelo acompanhamento e a gestão da contratação o titular da Seção de Segurança e Transportes, ou seu substituto.

4. Análise de Riscos

Caso constatada a inviabilidade de prorrogação do Contrato n. 073/2019, a fim de zelar-se pelo êxito da nova contratação, deve ser considerado o risco abaixo identificado:

RISCO: Licitação frustrada				
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> (x) Baixa 1		<input type="checkbox"/> () Média 3	
Impacto:	<input type="checkbox"/> () Baixo 1		<input checked="" type="checkbox"/> (x) Moderado 3	
Nível do Risco (Probabilidade x Impacto):	<input checked="" type="checkbox"/> (x) Baixo 1*	<input type="checkbox"/> () Médio 3-5**	<input type="checkbox"/> () Elevado 9-15**	<input type="checkbox"/> () Extremo 25**
Danos potenciais:	Comprometimento nos serviços de condução dos veículos.			
Ação de contingência:	Possibilidade de prorrogação do atual contrato pelo tempo necessário para conclusão de nova licitação.			
Recursos requeridos:	Recursos já disponíveis.			
Responsável:	Equipe de planejamento.			
Gestor do Risco:	Titular da Seção de Segurança e Transportes.			

5. Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos preliminares e considerando que os serviços de condução de veículos oficiais do TRESA são essenciais para a continuidade da prestação dos serviços relacionados à Justiça Eleitoral, a equipe de planejamento considera viável a **prorrogação** do contrato vigente (CT 073/2019), considerando o retorno positivo verificado na sua execução, mas com os ajustes necessários quanto à supressão de 04 (quatro) postos de motoristas, em razão do novo contrato de serviços de transportes sob demanda (CT 017/2021) para a região de Florianópolis. No entanto, caso não seja concretizada a prorrogação, a equipe de planejamento considera viável uma nova contratação dada a baixa probabilidade dos riscos que a envolvem. Não obstante os impactos considerados na análise de riscos, caso se concretizem, há ação de contingência definida.